

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura  
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Reforma Agrária**

**Período de Análise: 01/12/2013 a 31/12/2013**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Carta Capital

**Estagiária: Yohanan Barros**

## **Índice**

<b>Rituais de guerra.</b> Roldão Arruda – O Estado de São Paulo, Política. 01/12/2013.....	3
<b>Cento e dezesseis agricultores paraenses recebem títulos de posse da terra.</b> Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 16/12/2013 ...	5
<b>Terra Legal entrega 104 títulos para agricultores familiares do Maranhão.</b> Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 17/12/2013 ...	6
<b>Medidas da presidenta Dilma inovam a reforma agrária</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 27/12/2013 .....	7
<b>Dilma desapropria 92 áreas para reforma agrária.</b> Carla Araújo – O Estado de São Paulo, Política. 27/12/2013 .....	10
<b>Dilma faz a maior desapropriação de terras do seu governo.</b> Matheus Leitão – Folha de São Paulo, Poder. 27/12/2013 .....	11

## **Rituais de guerra. Roldão Arruda – O Estado de São Paulo, Política. 01/12/2013**

*Demarcação de terras indígenas é o maior problema do governo Dilma na área fundiária e em Mato Grosso do Sul tensão entre índios e proprietários rurais aumenta a cada dia*

A presidente Dilma Rousseff nunca deu muita atenção aos índios. Quase não demarcou terras e só recebeu pessoalmente uma delegação indígena no terceiro ano do seu mandato, após a onda de protestos populares de junho. É esse pequeno grupo populacional, no entanto, que está causando o maior e mais delicado impasse de seu governo na área fundiária. Ao contrário de seus dois antecessores, que se viram às voltas sobretudo com os sem-terra, o grande dilema fundiário de Dilma é a demarcação de terras indígenas.

O foco das preocupações no momento chama-se Mato Grosso do Sul, onde a população indígena, a segunda maior do País, logo atrás do Amazonas, gira em torno de 75 mil pessoas. Ali, o estado de tensão entre índios e proprietários rurais, por causa da posse da terra, aumenta a cada dia. Na sexta-feira, numa ação emergencial e atendendo, sobretudo, a solicitações de comunidades indígenas, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, chegou a determinar a ampliação das ações da Força Nacional de Segurança no Estado. O grupo especial vai permanecer lá por mais 90 dias.

A Força chegou em maio. Foi logo após o conflito na Fazenda Buriti, no município de Sidrolândia, a 70 quilômetros da capital, Campo Grande, que ganhou repercussão no País e no exterior por causa da morte do índio terena Oziel Gabriel, durante uma reintegração de posse.

Na ocasião, o governo desembarcou em Mato Grosso do Sul um batalhão de técnicos e assessores dos ministérios da Justiça e do Planejamento, da Advocacia-Geral da União e de outros órgãos federais. Tinham a missão de apresentar uma solução para o conflito que fosse rápida e agradasse aos produtores rurais - que, em sua maioria, têm títulos legais de propriedade da terra -, e indígenas, que, segundo levantamentos antropológicos, seriam os donos das terras.

Espera. O governo também sinalizou que a solução de Buriti serviria de paradigma para todos os outros debates sobre demarcações de terras no Estado - que não são poucos. Nas contas da Associação dos Produtores de Mato Grosso do Sul (Acrissul), já chega a 80 o número de propriedades invadidas.

Passados quase seis meses, porém, o impasse permanece e o governo é atacado tanto por ruralistas quanto por índios. "O agronegócio vive aqui uma situação de completa insegurança jurídica", diz Francisco Maia, presidente da Acrissul. "Não dá para aceitar esse descaso do governo com o setor mais competitivo da economia nacional, o que dá mais resultados."

A associação está à frente da organização do Leilão da Resistência, que será realizado no sábado, para angariar fundos para contratar serviços particulares de segurança para as fazendas. A iniciativa tem sido criticada por organizações de defesa dos direitos dos índios, como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que veem nela o embrião de milícias particulares, legalmente proibidas. O líder indígena Otoniel Guarani Nhandeva diz que a espera chegou a um ponto insuportável. "A gente conversa muito, mas tudo fica na conversa. Os dois lados não aguentam mais", diz. "Os ruralistas estão contratando seguranças há muito tempo. Eles nos acusam de violências, mas são os índios que estão morrendo."

Segundo Otoniel, os indígenas decidiram, numa assembleia recente e que reuniu a maioria das comunidades do Estado, que não vão mais abandonar as áreas invadidas, ou reocupadas - como eles dizem, numa alusão ao fato de que as terras eram de seus antepassados.

Para a presidente da Funai, Maria Augusta Assirati, a tensão no Estado resulta de um processo que se arrasta há décadas. "Estamos falando de regiões de ocupação tradicional, voltadas para a produção rural, com um grande número de produtores outorgados por governos estaduais na época da colonização", diz ela. "Todas as ações da Funai em áreas de ocupação tradicional indígena sempre foram permeadas por ações judiciais contrárias. Hoje chegamos a um ponto de impasse, porque temos um grande contingente de índios aguardando a regularização de seus territórios e um número enorme de ações no sentido contrário."

Solução. A maior parte das terras indígenas, que ocupam 13% do território nacional, foi demarcada em áreas pouco povoadas e de baixo grau de exploração agrícola. Mas esse não é o caso de Mato Grosso do Sul.

Segundo Maria Augusta, o impasse nas negociações se deve à dificuldade para encontrar uma forma legal de compensação financeira dos produtores. A Constituição determina que, uma vez demarcada a terra indígena, os produtores devem deixá-la recebendo apenas o valor das benfeitorias. No caso de Mato Grosso do Sul, onde a maioria dos proprietários tem títulos legais concedidos por governos estaduais, busca-se uma maneira de pagar também pela terra.

Para o governo existe também o desafio de não desagradar à bancada ruralista, uma das mais poderosas do Congresso, nem bater de frente com o governador André Puccinelli. Filiado ao PMDB, partido da base governista, ele se opõe à concessão de qualquer área do território sul-mato-grossense aos índios e chega a proibir a presença do Cimi, a mais radical das organizações de defesa dos povos indígenas em mesas de negociações no Estado. "O Cimi é o braço fascista da Igreja", afirmou em recente audiência no Senado sobre os conflitos.

---

## **Cento e dezesseis agricultores paraenses recebem títulos de posse da terra. Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 16/12/2013**

O programa Terra Legal, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), entregou 116 títulos a agricultores familiares residentes em três municípios no Oeste do Pará: Belterra, Mojuí dos Campos e Santarém. Os documentos de titularidade das terras foram repassados às famílias em ato realizado, sábado (14), no município de Belterra.

Os títulos entregues são de áreas que variam de três a 300 hectares. Para 2014, o foco do programa é acelerar a emissão dos documentos. “A nossa meta é de dois mil títulos”, adiantou Helinelson Paranatinga, responsável pelo Terra Legal com sede em Santarém, cuja área de atuação abrange municípios do Baixo Amazonas e de influência da BR-163.

“As famílias ganham um instrumento que proporciona mais que segurança jurídica: um meio de desenvolvimento. A pessoa deixa de ser posseira e passa a ser proprietária, alcançando outro nível de cidadania, com condições de fazer crescer sua produção”, destacou Sérgio Lopes, secretário extraordinário de Regularização Fundiária da Amazônia Legal (Serfal/MDA), ao comentar a importância do título.

Raimundo Alves, coordenador do programa Terra Legal no Pará, assinalou que a expectativa é atingir a marca de 2,3 mil títulos expedidos, em 2013, no estado.

Além dos beneficiários, o evento contou com a presença de gestores municipais, do programa Terra Legal, do Incra e de membros do Grupo Executivo Interministerial (GEI), que, na sexta-feira (13), realizou a última reunião do ano em Santarém (PA). O GEI é a instância de controle social do programa Terra Legal.

### *Beneficiários*

Antônio dos Santos, 53 anos, vive na comunidade Sagrada Família, no município de Mojuí dos Campos, onde trabalha numa área de 12 hectares com a esposa Rita dos Santos, 47 anos. Com a entrega do título, garantiu a posse da propriedade onde reside há aproximadamente 40 anos.

“Este momento representa uma segurança para mim. Assim, os filhos da gente não precisam ir embora porque sabem que têm a terra. Com os incentivos que o Governo Federal está oferecendo, temos condições de trabalhar melhor”, afirmou Antônio dos Santos, cuja família, atualmente, destaca-se na produção de abacaxi e de hortaliças. A casa onde o agricultor vive com a esposa e os filhos têm acesso à água e energia elétrica.

Manoel Rodrigues, 71 anos, e Marluce Rodrigues, 66 anos, também têm um histórico de ocupação da área onde trabalham: são 35 anos. O casal, que possui sete filhos e 11 netos, ainda se dedica à agricultura, com o plantio de milho, mandioca, arroz, feijão e macaxeira. Eles receberam o título de uma área de 22 hectares localizada no município de Belterra.

“Todos os filhos trabalham na terra. Com o papel [título], a família pode dizer que tem essa terrinha para morar. Estamos satisfeitos e alegres”, comemorou a agricultora Marluce Rodrigues. “Agora a gente pode dizer que tem a terra”, acrescentou Manoel Rodrigues.

#### *Direitos e deveres*

Uma vez entregue o título, o cidadão deve ir a um cartório e registrá-lo. Por dez anos, são vedadas, a negociação da terra e algumas práticas, como o desmatamento ilegal.

No caso dos títulos de áreas com até um módulo fiscal, que, em se tratando dos municípios de Belterra, Mojuí dos Campos e Santarém, equivale a 75 hectares, os beneficiários recebem o título sem ônus financeiro. De um a quatro módulos, o valor a ser quitado é abaixo dos padrões de mercado. Acima de quatro módulos até 1.125 hectares, o título corresponde ao valor de mercado. Nas duas últimas situações, o pagamento é feito em 17 parcelas anuais, após três anos de carência.

---

#### **Terra Legal entrega 104 títulos para agricultores familiares do Maranhão. Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 17/12/2013**

Garantir a posse da terra e a condição de acessar políticas de fortalecimento da agricultura familiar. Este é o objetivo da entrega de mais 104 novos títulos de terra que o Programa Terra Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário vai realizar, nesta quarta-feira (18), na Comunidade Ebenézia, localizada no município de Zé Doca, no Maranhão.

Segundo o coordenador do Terra Legal no estado, Jowberth Frank, com a entrega vão ser beneficiadas 104 famílias de agricultores com propriedade de até quatro módulos fiscais. “Estamos atuando em parceria com o governo do estado, para garantir que os agricultores que estão em terras estaduais tenham os mesmos direitos daqueles que ocupam terras federais”, destaca.

A comunidade Ebenézia está localizada em terras estaduais e o trabalho do Terra Legal só foi possível com a assinatura de um acordo de cooperação técnica entre o MDA e o Instituto de Terras do Maranhão (Iterma) em 2011. “A comunidade procurou o Terra Legal com sua demanda de regularização fundiária, mas como só atuamos nas terras federais precisamos fazer este acordo. O importante é que garantimos os títulos destas famílias”, explica o coordenador estadual do Terra Legal no Maranhão.

#### *Programa Terra Legal Amazônia*

Criado em 2009, coordenado pelo MDA e executado em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Programa Terra Legal Amazônia tem como objetivo regularizar áreas e imóveis localizados em terras públicas federais não destinadas na Amazônia Legal. Incluem-se nessa classificação aquelas que não

sejam consideradas reservas indígenas, unidades de conservação, marinha, locais reservados à administração militar e florestas públicas.

Produtores da agricultura familiar e comunidades locais têm prioridade no atendimento do Terra Legal. Os benefícios do programa são diversos, com destaque para a redução do desmatamento e o aumento da produtividade dos agricultores familiares. Ao receber o título de propriedade do terreno, o dono se compromete a cumprir requisitos legais, como a manutenção da área de preservação permanente ou a reflorestar a área desmatada.

---

### **Medidas da presidenta Dilma inovam a reforma agrária – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 27/12/2013**

A presidenta da República, Dilma Roussef, assinou decretos desapropriatórios que destinam mais 92 áreas ao programa de reforma agrária, além da Medida Provisória nº 636 que dispõe sobre a liquidação de créditos disponibilizados a assentados e concede remissões. As mudanças foram publicadas, nesta sexta-feira (27), no Diário Oficial da União.

Com os decretos, são 100 novas áreas liberadas para o programa de reforma agrária, desde outubro, além de novas regras de financiamento para os assentados, solução definitiva do endividamento e titulação mais acessível. As medidas inovam a política pública de reforma agrária, que já garantiu acesso à terra a mais de 1,2 milhão de famílias em toda a sua história.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, avalia que com a nova metodologia para obtenção de área, instituída por meio das Portarias MDA 5, 6 e 7, a reforma agrária ganha agilidade e segurança na implantação dos assentamentos. “Para dar mais rapidez a esse processo, garantiremos assistência técnica para viabilizar o desenvolvimento da produção dos assentados e gerar renda para as famílias assentadas, conferindo a elas dignidade e promoção da paz no campo”, enfatizou.

“Essas medidas sinalizam o caminho que está tomando a reforma agrária, uma política que harmoniza o acesso à terra e um conjunto de políticas públicas viabilizadas não apenas pelo Incra, mas por todo o governo”, acrescenta o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Carlos Guedes.

#### *100 novas áreas para assentamentos*

Os decretos destinam à reforma agrária 193.566,21 hectares em 16 estados. Juntas, as oito áreas decretadas em 25 de outubro passado, e as 92 publicadas hoje, têm capacidade para receber 4.670 famílias de trabalhadores rurais. O Incra investirá R\$ 267,1 milhões na indenização dos imóveis aos proprietários ainda em 2014. O pagamento da terra nua é feito por meio de Títulos da Dívida Agrária (TDAs) e as benfeitorias são pagas em dinheiro. O pagamento é feito no momento em que a

autarquia ingressa na Justiça com o pedido da posse do imóvel para criar o assentamento.

Levantamento feito pela Diretoria de Obtenção de Terras do Incra que resultou nos decretos apontou a utilização, em média, de apenas 22,2% das áreas utilizáveis dos imóveis. Em 50 deles não havia qualquer atividade produtiva desenvolvida pelos proprietários.

No entanto, a análise agrônômica comprova que elas estão aptas a produzir alimentos e que o aumento do seu valor de mercado é significativo. A valorização da terra nas regiões em que estão inseridas alcançou 73,6% em 36 meses, entre julho de 2010 a agosto de 2013, segunda a tabela FNP. No período, a valorização de terras no Brasil atingiu 68,3%. "Isso demonstra que as áreas são viáveis. As terras dessas regiões estão valorizadas e a reforma agrária vai cumprir seu papel de produzir alimentos, diversificar a produção e gerar ocupação e renda", explica o diretor de Obtenção de Terras, Marcelo Afonso.

#### *Políticas Públicas*

As novas famílias atendidas deverão estar no CadÚnico e os assentamentos serão regularizados conforme a Resolução Conama 458/13, por meio do Cadastro Ambiental Rural. Com a terra, o Governo Federal garantirá assistência técnica e iniciará os investimentos das demais políticas públicas, como os programas Minha Casa, Minha Vida (MCMV), Água para Todos e Luz para Todos, em cronograma previsto já nas portarias de criação dos assentamentos.

#### *Assistência técnica*

De imediato, a assistência técnica vai chegar a 73 dos futuros assentamentos. Atualmente, o Incra garante esses serviços a 306 mil famílias e a projeção é a de beneficiar outras 100 mil famílias em 2014, fazendo com que todos os novos beneficiários contem com assistência técnica.

Dados da Diretoria de Desenvolvimento de Assentamentos da autarquia apontam que em até cinco anos as famílias poderão gerar um valor da produção equivalente a dois salários mínimos mensais, uma vez que na região onde se localizam as áreas desapropriadas, a média do valor da produção da agricultura familiar chega a 3,7 salários mínimos mensais. "Essa estimativa nos permite afirmar que esses projetos poderão gerar um valor bruto de produção de aproximadamente R\$ 81 milhões ao ano quando estiverem produzindo excedentes", diz Cesar Aldrighi, diretor de Desenvolvimento de Assentamentos.

Com base no Censo Agropecuário 2006, cada lote de reforma agrária deverá ocupar, em média, 2,8 pessoas. Com isso, estima-se que mais de 13 mil pessoas estarão envolvidas com o trabalho familiar, produzindo alimentos que chegam todos os dias à mesa dos brasileiros.



### *Novo Crédito Instalação*

Para garantir a segurança alimentar, gerar excedentes e aumentar o valor da produção, a Medida Provisória (MP) publicada nesta sexta-feira institui o novo Crédito Instalação, a ser regulamentado com condições mais favoráveis que as atuais formas de operação e aplicado ainda em 2014.

O depósito do crédito será feito diretamente na conta do beneficiário e não mais na conta de uma associação de assentados, como ocorria antes. Historicamente, o Incra realizava entre 30 mil e 40 mil operações do Crédito Instalação anualmente. A expectativa da autarquia é a de triplicar esse número, chegando a 100 mil operações no próximo ano.

### *Solução do endividamento para assentados e agricultores familiares*

A MP também apresenta solução definitiva para o endividamento nas diferentes linhas de crédito para a reforma agrária e agricultura familiar. Estimativas do Incra apontam que, aproximadamente 10 milhões de hectares de áreas reformadas poderão aumentar a produção e produtividade com as novas condições de negociação, e acesso a novos créditos.

O Crédito Instalação financiou desde 1985, quando foi criado, R\$ 11 bilhões em investimentos como habitação, apoio à instalação, produção e infraestrutura básica. E 75% desse valor (R\$ 8,3 bilhões) foram aplicados nas modalidades Aquisição de Materiais de Construção e Recuperação/Materiais de Construção, totalizando 930 mil operações.

Para solucionar essa questão, a MP atualiza o saldo devedor a uma taxa de 0,5% ao ano, concedendo os mesmos descontos e prazos que são garantidos aos beneficiários do Grupo 1 do Programa Minha Casa, Minha Vida. Com isso, o assentado pagará 4% do saldo devedor, dentro de quatro anos, em parcelas limitadas a R\$ 250 anuais.

Em relação às demais modalidades do Crédito Instalação, a Medida Provisória estabelece a remissão das dívidas de até R\$ 10 mil por beneficiário. Quem deve acima deste valor, terá rebate de 80% sobre o saldo devedor, mais R\$ 2 mil de bônus fixo. As dívidas dessas categorias somam R\$ 2,7 bilhões, concedidos em mais de 1 milhão de operações.

### *Titulação de assentamentos*

A titulação é um direito da família assentada, e a Medida Provisória traz condições mais favoráveis para acesso ao título da terra. A Medida Provisória traz como regra a isenção para lotes de assentamentos criados em terras públicas federais, até o limite de um módulo fiscal – mesmo tratamento assegurado pelo Programa Terra Legal, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Já para os lotes de imóveis desapropriados ou adquiridos por compra direta por parte do Incra e destinados às famílias assentadas, será usado como parâmetro o valor mínimo de planilha referencial de preço do Incra, além da aplicação de índices redutores a serem definidos em regulamento.

#### *Procera e PAA*

As dívidas do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera) também serão remitidas quando forem até R\$ 10 mil, para as operações com recursos do Orçamento Geral da União. Os valores acima de R\$ 10 mil terão rebate de 80% e mais R\$ 2 mil de bônus fixo, a serem definidos por meio de decreto. Encerradas as negociações, será extinto o Fundo Contábil do Procera. São 81,8 mil operações, envolvendo recursos de R\$ 784 milhões.

Assentados e agricultores familiares que participaram do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - Compra Antecipada nos anos de 2003 e 2004 também terão as dívidas remitidas até o valor de R\$ 2,5 mil originalmente contratado. A medida refere-se a 44,5 mil operações e recursos de R\$ 91,4 milhões.

#### *Pronaf*

As operações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) dos grupos A e A/C realizadas entre 1999 e 2010 também serão liquidadas com rebate até 80% do saldo devedor. O Conselho Monetário Nacional (CMN) definirá metodologia para atualização, prazos e demais condições da negociação. A medida irá beneficiar 203 mil assentados.

Já os valores renegociados terão rebate até 50% sobre o saldo devedor para os assentados das regiões Norte e Nordeste e até 45% nas demais regiões. As condições da renegociação também serão definidas pelo CMN. O valor das 233 mil operações feitas chega a R\$ 2,4 bilhões.

As dívidas do Pronaf C/D e E contratadas até 2008, nas quais o tomador esteja inadimplente desde 22 de novembro de 2011 também serão renegociadas. Para a liquidação será concedido rebate até 65% sobre o saldo devedor atualizado até R\$ 10 mil e autoriza as instituições bancárias a concederem bônus adicionais.

A metodologia, prazos e demais condições para a liquidação serão definidos pelo CMN. A medida beneficia 512 mil agricultores familiares dos quais 145 mil são assentados. Foram 513 mil operações envolvendo recursos de R\$ 1,4 bilhão, em valores atualizados.

---

### **Dilma desapropria 92 áreas para reforma agrária. Carla Araújo – O Estado de São Paulo, Política. 27/12/2013**

*Presidente informou sobre assinatura de decreto por meio de conta pessoal no Twitter*

A presidente Dilma Rousseff afirmou nesta sexta-feira, 27, por meio do microblog Twitter, que assinou um decreto desapropriando 92 áreas para a reforma agrária. Segundo ela, essas 92 áreas somam 193,5 mil hectares e beneficiarão 4.670 famílias. "Com as 8 áreas que já tinham sido desapropriadas ao longo de 2013 chegamos a 100 desapropriações. Assim, cumprimos a nossa meta de 2013 e nosso compromisso com a reforma agrária", escreveu.

De acordo com a presidente, as 92 áreas que serão desapropriadas estão em 15 Estados: Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo e Tocantins, além do Distrito Federal.

Além dos decretos de desapropriação, a presidente afirmou ainda que assinou a Medida Provisória (MP) que facilita liquidação de dívidas dos assentados e prevê novas regras para concessões de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

---

### **Dilma faz a maior desapropriação de terras do seu governo. Matheus Leitão – Folha de São Paulo, Poder. 27/12/2013**

A presidente Dilma Rousseff desapropriou nesta sexta-feira (27) o maior número de terras desde o início do seu governo. Em um só dia foram 92 autorizações para retomada de áreas (consideradas improdutivas pelo governo) publicadas no "Diário Oficial" da União.

Para fazer a maior desapropriação de terras do governo federal –de uma só vez–, desde o governo Lula, a presidente manteve um viés de mudança da política de reforma agrária começado em outubro.

Antes, a presidente prometia, em seu governo, submeter os futuros assentamentos no campo a estudos aprofundados de viabilidade econômica para depois implantar novos, como as desapropriações desta sexta.

Após ser acusada de lentidão nessa área por movimentos sociais, que sempre foram alinhados com o PT –como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)– Dilma mudou o discurso e fez novo compromisso de desapropriar cem fazendas para essa função até o fim do ano.

Dilma havia retirado o direito a posse para outras oito terras consideradas improdutivas neste ano. O número de 100 desapropriações foi atingido hoje com a publicação dos 92 decretos.

As áreas desapropriadas nos últimos dias do ano somam quase 200 hectares em 16 Estados brasileiros. Dilma desapropriou 58 imóveis em 2011 e 28 em 2012.

Até outubro deste ano, a presidente não havia desapossado nenhuma terra para assentamentos. Dilma corria o risco de ter o ano com o menor número de desapropriações desde 1992, no governo Fernando Collor, que fez apenas quatro.

O ministro do desenvolvimento agrário, Pepe Vargas, negou à Folha que as críticas dos movimentos sociais tenham motivado essa nova guinada da reforma agrária do governo Dilma, mas afirmou que "faz parte dos movimentos sociais pressionarem o governo para que ele se torne mais ágil".

Segundo ele, as desapropriações vão favorecer 4600 famílias.

## *HISTÓRICO*

Em janeiro deste ano, uma portaria do Ministério do Desenvolvimento Agrário determinou que novas áreas só seriam desapropriadas após a realização de estudos completos. No início de outubro, nova portaria eliminou essa exigência para 100 processos que já estavam em andamento.

A nova portaria deu a Dilma a possibilidade de retomar a reforma agrária após dez meses.

No início do ano, quando os estudos passaram a ser exigidos, a justificativa do governo era que não adiantava distribuir terra sem analisar as condições que os assentados teriam de produzir e gerar renda.

O ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência, chegou a classificar como "favelas rurais" os assentamentos precários criados em governos anteriores.

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,  
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,  
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,  
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

**Assistentes de Pesquisa**

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**  
Diva de Faria



Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa